



CLIPPING INTERNET
06/07/2019 ATÉ 06/07/2019



INDÍCE

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 BLOG JORGE VIEIRA.....	1
	1.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	2
2	AÇÕES CORREGEDORIA	
	2.1 SITE NOCA.....	3
3	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	3.1 SITE JORNAL CORREIO POPULAR.....	4
4	COMARCAS	
	4.1 BLOG CLAUDIO MENDES.....	5
	4.2 SITE AGORA SANTA INÊS.....	6 7
	4.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8
5	COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
	5.1 SITE O PROGRESSO.....	9
6	DECISÕES	
	6.1 BLOG ELIAS LACERDA.....	10
	6.2 SITE G1 MARANHÃO.....	11
	6.3 SITE JORNAL PEQUENO.....	12
7	DESEMBARGADOR	
	7.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	13
8	EXECUÇÕES PENAIS	
	8.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	14
9	POSSE	
	9.1 SITE O PROGRESSO.....	15
10	PRESIDÊNCIA	
	10.1 SITE O PROGRESSO.....	16
	10.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	17
11	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	
	11.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	18
12	VARA CRIMINAL	
	12.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	19
	12.2 SITE ICURURUPU.....	20
	12.3 SITE JORNAL CORREIO POPULAR.....	21
	12.4 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	22 23 24 25
13	VARA CÍVEL	
	13.1 BLOG KIM LOPES.....	26

Nona edição do Justiça Itinerante leva cidadania aos moradores da Ilha de Caçacueira

A Comarca de Cururupu realizou no último dia 27, a nona edição do projeto “Justiça Itinerante”, levando ações de cidadania aos moradores da Ilha de Caçacueira, localizada a três horas e meia da sede do município, via terra e mar. Um grupo de 70 voluntários do Poder Judiciário e órgãos parceiros efetivou 425 atendimentos ao longo do dia. Além dos serviços de expedição de certidão de nascimento, casamento comunitário, atendimento jurídico, realização de audiências, serviços de saúde, foram realizadas palestras informativas para crianças, adolescentes e mulheres da comunidade, entre outros.

Em 2019, o projeto já alcançou as comunidades das ilhas de São Lucas, Lençóis e Bate Vento, com 1.586 atendimentos. O Justiça Itinerante é formado por voluntários do Poder Judiciário; Ministério Público estadual; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Cururupu; Cartório da 14ª Zona Eleitoral (TRE); Prefeituras, por meio das Secretarias de Saúde e Assistência Social; Delegacia de Polícia Civil; 25º Batalhão da Polícia Militar; Viva/Procon; Serventia Extrajudicial do 2º Ofício de Registro Civil; INSS; Conselhos Tutelares; Câmara de Vereadores; Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública do estado; e Secretaria de Estado da Saúde - SESMA.

Durante a abertura, o juiz Douglas Lima da Guia, titular da comarca e idealizador do projeto, convidou a comunidade para usufruir de todos os atendimentos oferecidos pelo projeto. “É uma grande festa da Cidadania, pois estamos aqui não apenas com os serviços judiciários, mas com ações de cidadania e efetivação dos direitos”, lembrou o magistrado.

Além das cinco salas de atendimento montadas em uma escola, médicas, enfermeiros e técnicos de Enfermagem realizaram consultas, exames ginecológicos, aferição de pressão, teste de glicemia, vacinação de crianças e adultos, e doação de remédios da Farmácia Básica no Posto de Saúde do povoado. Em outro prédio, Centro Comunitário, casais e testemunhas se dividiram entre a decoração do espaço, preparação do bolo, inscrição e entrega de documentos para a união celebrada em Casamento Comunitário. Foi o maior casamento já realizado pelo projeto, com 16 casais.

Foram disponibilizados também serviços de Cartório; Viva/Procon; Atermação do Juizado; atendimento jurídico com advogados voluntários; Delegacia de Polícia Civil, Ministério Público, e Secretarias de Assistência Social e de Saúde de Cururupu. Um Brechó com roupas doadas pelos voluntários foi a novidade dessa edição.

A pequena Mariane Coelho Tavares, nascida em São Luís e de apenas dois meses de vida foi registrada por meio da ação. Os pais, João Tavares e MaryLucy Coelho, explicaram que não fizeram o registro da criança porque o pai, a quem compete por lei fazer esse procedimento, não teve condições de estar em São Luís durante o nascimento da filha. “Além dele não ter ido, estávamos com dificuldades para ir até Cururupu fazer a certidão, por isso, só em ter resolvido esse problema já nos ajudou bastante e agora a nossa filha tem documento”, ressaltou a Mãe, esboçando emoção.

Jodeias Fernandes, pescador que já mora há 15 anos na Ilha, conseguiu o tão sonhado Divórcio. “Já estou separado há 23 anos, mas desde que vivo aqui não tenho mais contato com minha ex-mulher e nem sei onde ela mora atualmente. Hoje tive a alegria de saber que poderia me separar no papel”, comemorou exibindo a sentença que concedeu o divórcio.

PALESTRAS - A Equipe Multidisciplinar da Secretaria de Saúde e Assistência Social de Cururupu, formada por pedagogas, assistentes sociais e psicólogas, ministrou palestra sobre o empoderamento da mulher e alertou sobre os perigos e tipos de Violência Doméstica. Com dinâmicas, as 48 mulheres da comunidade interagiram durante a palestra e ressaltaram a importância da ação desenvolvida.

Na dinâmica, a psicóloga Ana Carla ilustrou a necessidade de união das mulheres no enfrentamento da Violência Doméstica. “Existe uma Rede Proteção para a Mulher em situação de Violência Doméstica, que serve, dentre outros, para resguardar a vida e proteger a mulher”, pontuou.

Ingrid de Jesus, de 24 anos, que reside há cinco anos na Ilha, ressaltou que a palestra serviu para esclarecer muitas dúvidas dela e de outras mulheres sobre esse assunto. “A palestra e os serviços trazidos para a nossa comunidade estão sendo muito importantes para nós. Já vacinei meus filhos, um de 4 e o outro de 6 anos, participei das palestras e consultei com a médica”, disse.

A palestra foi encerrada com o sorteio de uma TV LED de 42 polegadas. “Estou muito feliz, pois além de receber orientação das assistentes sociais e do Judiciário, ainda ganhei uma televisão”, comemorou Jovenildes Saldanha dos Santos, professora de 42 anos.

A Ronda Escolar do 25º Batalhão de Polícia Militar e o Conselho Tutelar ministraram palestra com o tema “Prevenção ao Uso de Drogas e Disciplina Escolar”, encerrada com a distribuição de brinquedos para as quase 70 crianças participantes.

O promotor de Justiça, José Frazão Menezes, titular da Promotoria de Cururupu, frisou a importância da prevenção ao uso de bebidas alcoólicas e drogas em geral por crianças e adolescentes; e levantou dados sobre o ano letivo e merenda da escola municipal situada em Caçacueira.

O Juiz Douglas da Guia fez um balanço das atividades do projeto. Assista ao vídeo:

CASAMENTO COMUNITÁRIO - Durante o Justiça Itinerante da Ilha de Caçacueira foram celebrados 16 uniões civis por meio do projeto Casamentos Comunitários. Na oportunidade, os noivos Eudivam Pinheiro (48 anos) e Rosinalva Santos (36) oficializaram a união civil perante a Justiça. Eles esperaram 20 anos para casar, em razão das condições financeiras e por dificuldade de deslocamento até a sede do município. “As dificuldades impossibilitaram a regularização da nossa união, mas hoje estamos felizes pela chegada desse projeto que tornou tudo mais fácil, pois já vamos sair casados daqui”, relatou o noivo.

O juiz Douglas da Guia ressaltou que houve um grande envolvimento da comunidade de Caçacueira com o projeto. “Os próprios moradores tomaram a iniciativa de decorar e organizar o espaço de inscrição e realização do casamento, além de fazerem o bolo de casamento, tornando tudo mais simbólico e importante para eles, e é claro, para nós”, pontuou o magistrado.

Parceiro em todas as edições do projeto, o delegado de Polícia Civil de Cururupu, Diego de Lemos, aproveitou o momento para se despedir. Ele assume, nesta quarta-feira, 3, no Tribunal de Justiça do Maranhão, o cargo de Juiz de Direito Substituto. Também participaram dessa edição, o aspirante Jhonnes, representando o comandante da Polícia Militar em Cururupu, major Cláudio; o titular do 2º Ofício Extrajudicial, Luís Chaves; vereadores, servidores do INSS, Procon, secretarias de Assistência Social e Saúde de Cururupu, e conselheiros

tutelares.

Continue

lendo

no

link: <https://www.blogdoclaudiomendes.com.br/2019/07/nona-edicao-do-justica-itinerante-leva.html>

Polícia Civil cumpre dois mandados de prisão em São Domingos do Maranhão

Uma operação da Polícia Civil, desencadeada na última quarta-feira (3/7), resultou na prisão de Dione Matias dos Santos e de Rafael Oliveira Costa. Eles foram presos por causa dos crimes de arrombamentos e furtos em, aproximadamente, 10 estabelecimentos comerciais em São Domingos do Maranhão. A operação, que culminou na prisão dos indivíduos, foi denominada de Operação Altas Horas.

A ação policial foi determinada pelo cumprimento de um mandado de busca e apreensão, expedido pela Justiça. Com essa operação da polícia foram recuperados vários objetos furtados pelo grupo criminoso.

As investigações iniciaram-se há cerca de 20 dias. As ações criminosas foram praticadas durante as madrugadas, por um grupo de criminosos, os quais realizaram inúmeros arrombamentos e furtos em estabelecimentos comerciais. Eles subtraíram roupas, celulares, sapatos, computadores, bolsas, amplificador de som etc.

Os criminosos escalavam muros e telhados dos estabelecimentos comerciais, danificando forro, e telhado para entrar nos estabelecimentos e praticar os delitos. Inúmeros foram os prejuízos causados aos comerciantes do município de São Domingos do Maranhão.

Monitoramento e prisão dos criminosos

Os policiais começaram um monitoramento e descobriram que os criminosos sempre atuavam na calada da noite. Foram noites e noites de investigação, até que os investigadores descobriram que o mentor dos arrombamentos e furtos nos estabelecimentos comerciais tratava-se do indivíduo Dione. Descobriram também, que o grupo criminoso fazia um monitoramento dos comércios, para saber sobre a existência de câmeras de segurança e sistema de alarmes, onde os levantamentos eram repassados ao mentor Dione, que determinava as "ordens das ações criminosas".

A partir de então, os investigadores passaram a monitorar os passos de Dione e descobriram que ele comandava um grupo de mais três pessoas, que lhe auxiliavam nas práticas criminosas, sendo dois deles, adolescentes.

Após todo o levantamento realizado pelos investigadores, foi solicitado ao Judiciário mandado de busca e apreensão na casa de Dione, a fim de encontrar e recuperar os objetos roubados e determinar a prisão dele, o que aconteceu a contento.

(Informações da SSP-MA)

Em Pinheiro, Operação Alvorada prende 18 pessoas e apreende entorpecentes e dinheiro

Dando a resposta certa contra as ações de crimes no município de Pinheiro (MA), as polícias Civil e Militar realizaram a Operação Alvorada, culminando na prisão de 18 pessoas relacionados a crime diversos - tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo. A Operação Alvorada fora realizada nas primeiras horas desta sexta-feira (5/7).

Na Operação Alvorada, a Polícia Civil, por meio da 5ª Delegacia Regional de Pinheiro, em conjunto com a Polícia Militar, com o 10º Batalhão da Polícia Militar (BPM), iniciaram essa operação na cidade de Pinheiro, com o objetivo de dar cumprimento aos 18 mandados de busca e apreensão em locais de venda de drogas ilícitas.

Entre os suspeitos, 12 pessoas foram presas pelo cometimento, respectivo, dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo.

Na operação, os policiais apreenderam: duas armas de fogo (sendo um revólver calibre 38 com cinco projéteis intactos, e uma pistola calibre 635); 24 celulares; dois "tablets"; diversos papéletes de drogas prontos para a venda (totalizando: 105g de cocaína, 60g de crack e 180g de maconha); Dinheiro no valor de R\$ 4.983, além de material destinado à embalagem e consumo de drogas.

(Informações da SSP-MA)

Associação dos Músicos e Artistas de Timon se reúne e discute valor das taxas para festa na cidade

A Associação dos Músicos e Artistas de Timon (ASMAT) realizou na última quinta-feira (4) uma reunião com os associados para discutir, dentre outros assuntos, o valor da taxa cobrada na licença para realização de festas na cidade. O vereador Uilma Resende, do PDT, participou da reunião como convidado.

De acordo com os integrantes da entidade, a cobrança pelo governo do estado para a realização de eventos é uniforme no valor de R\$ 196, 00 (cento e noventa e seis reais), o que consideram injusta e precisa de adequações. Os artistas e músicos de Timon consideram não ser justo que uma festa pequena, em um bairro qualquer, tenha o mesmo valor que um grande show com uma banda de renome nacional.

A categoria discutiu o assunto e encontrou no vereador Uilma Resende concordância com a posição dos artistas e músicos. A cobrança da taxa é para todo o estado do Maranhão e foi fixada pelo Tribunal de Justiça e a Secretaria de Segurança.

Ao final da reunião a categoria decidiu que vai buscar meios alternativos junto a Secretaria de Segurança e Tribunal de Justiça de forma que torne a cobrança da taxa mais justa. O vereador Uilma Resende prometeu interceder para ajudar a categoria nesta causa.

AMMA LANÇA CARTA ABERTA EM PROTESTO CONTRA A APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) lançou uma carta dirigida aos deputados federais maranhenses, manifestando insatisfação com a aprovação do relatório do deputado Samuel Moreira (MDB -SP), na Comissão Especial da Câmara Federal, com as medidas que tratam da Reforma da Previdência.

Na Carta, a AMMA lamenta que, apesar do permanente canal de diálogo entre a Magistratura e o Parlamento, o relatório final foi aprovado sem considerar um único destaque em favor dos trabalhadores públicos, retirando e reduzindo direitos Previdenciários.

A AMMA pede que os deputados federais do Maranhão considerem os apelos dos servidores públicos. Segue, abaixo, a Carta Aberta à bancada federal maranhense, na íntegra:

CARTA ABERTA À BANCADA FEDERAL MARANHENSE

Senhor (a) deputado (a) federal,

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) externa a sua total insatisfação e contrariedade com a aprovação, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, do relatório do deputado Samuel Moreira (MDB-SP) com as medidas que tratam da reforma da Previdência.

Apesar da disposição da Magistratura de contribuir com o Parlamento, por meio da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), para que a proposta oriunda do governo federal fosse aperfeiçoada por meio do diálogo construído em um ambiente democrático, a verdade é que o relatório final foi aprovado sem considerar um único destaque em favor dos trabalhadores públicos, retirando e reduzindo, de maneira dura, direitos previdenciários de servidores públicos civis. O que, certamente, gerará o desmonte do serviço público.

É espantoso que, mesmo depois de diversos alertas feitos por especialistas previdenciários e juristas, o relatório final aprovado insista com a desconstitucionalização do Sistema Previdenciário brasileiro, remetendo para lei complementar, por exemplo, a imposição de extinção de todos os Regimes Próprios de Previdência já existentes, com a conseqüente migração obrigatória dos servidores para o Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Trata-se de verdadeiro retrocesso social.

Não é admissível que os servidores, de um modo geral, e a Magistratura, em particular, sejam vítimas de injustiça. Desta forma, a AMMA segue acreditando no diálogo como meio de reparar tais impropriedades aprovadas na Comissão Especial e pede, à bancada federal maranhense, que considere os apelos dos servidores públicos do Estado do Maranhão, que ecoam também em outros estados da União, durante a tramitação do projeto.

São Luís, 5 de julho de 2019

Angelo Santos
Presidente da AMMA

Consumidor que encontrou larvas em barra de cereal nas lojas americanas deverá ser indenizado.

Um consumidor que encontrou larvas de inseto em barra de cereal deverá ser indenizado em R\$ 5 mil a título de danos morais. A ação de indenização por danos morais e materiais foi movida pelo interessado em desfavor das Lojas Americanas e da empresa Trio Alimentos. A sentença é da 5a Vara Cível de São Luís. Na ação, o homem relatou que, em 31 de Agosto de 2015, conforme nota fiscal apresentada, adquiriu cinco pacotes de barras de cereal da marca Trio, nas Lojas Americanas S.A. Ele argumentou que, no momento do consumo do alimento, observou que o produto estava com larvas e uma substância esbranquiçada não identificada depositada no produto, aparentemente larvas do mesmo inseto.

O autor continua relatando que a situação causou repulsa e indignação, já que era consumidor assíduo dos produtos da marca Trio, produtos com qualidade garantida, que procura ligar seu nome e personagens famosos brasileiros. Ele afirmou que a verificação da presença do inseto levou-lhe a questionar quantas vezes já consumira produtos da marca contendo substâncias impuras ou comercializadas sem a devida cautela para o consumo. Assim, entrou em contato com a empresa para informar-lhe acerca do ocorrido, sendo comunicado que este fato efetivamente poderia ocorrer, sendo solicitado o envio do produto para averiguação, e que estaria disposta a enviar novos produtos da mesma marca e qualidade, repondo a caixa de cereal e enviando mais barras de cereal, como efetivamente ocorreu.

Inconformado com a solução apresentada pela empresa, afirmando sentir-se gravemente prejudicado em sua intimidade e seus direitos como consumidor, ingressou com a ação, requerendo danos morais, bem como o valor do produto viciado a título de danos materiais. Citada, a requerida UNITED MILLS ALIMENTOS LTDA (Trio Alimentos), apresentou contestação alegando que utiliza em toda a sua linha de produção tecnologia de ponta, fazendo com que todo o processo produtivo dos cereais matinais seja aprovado pela ANVISA, para garantir a qualidade e mantendo uma linha de produção na qual em nenhum momento do processo é possível o contato manual de funcionários com os produtos.

Já a requerida Lojas Americanas alegou não ser fabricante de alimentos, apenas comercializa produtos ao consumidor, e que o objeto da ação versa sobre a presença de larvas no produto da marca Trio, e que tal fato não poder ser imputado à loja, pois não dispõe de meios para controlar o procedimento de produção e tampouco fabricação dos alimentos que comercializa. A loja ressaltou, também, que como comerciante, não possui nenhuma ingerência sobre a fabricação das mercadorias que vende, pois recebe os produtos fechados e embalados, e que o produto possui vício de fabricação com a presença de larvas ou outras substâncias, é plenamente possível isolar a responsabilidade do fabricante, visto que este detém culpa exclusiva.

CADEIA DE CONSUMO - Para a Justiça, diante da relação de consumo estabelecida entre as partes, fica evidenciada a responsabilidade de todos aqueles que participaram da cadeia de consumo, incluindo a fabricante e a comerciante, pois foi esta quem colocou o produto no mercado, não merecendo prosperar a alegação de ausência de responsabilidade em razão do vício de fabricação. "Portanto, diferente do alegado, as rés

concorreram para a ocorrência do evento danoso, já que a primeira colocou o produto no mercado de consumo e segunda o comercializou”, destaca a sentença.

E continua: “Alega a ré Lojas Americanas que recebeu os produtos em embalagens lacradas e dentro do prazo de validade, tentando demonstrar que já recebeu o produto com vício, todavia, a simples alegação de que atende as normas de vigilância e que toma os cuidados necessários, não se mostra suficiente para demonstrar de forma inequívoca que o produto foi conservado adequadamente. Além disso, a proliferação pode ter ocorrido em qualquer ambiente, desde a fabricação até o local de armazenamento. De qualquer forma, a venda do produto impróprio para o consumo foi efetuada por ela, o que demonstra o nexo de causalidade”.

“Assim, diante de tantas demandas que chegam ao Poder Judiciário, o Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado de forma favorável ao consumidor. Quanto ao valor da indenização, embora não existam critérios fixos para a quantificação do dano moral, o tribunal tem afirmado que a reparação deve ser suficiente para desestimular o ofensor a repetir a falta, sem, contudo, permitir o enriquecimento ilícito do consumidor. Logo, dúvida não resta de que é devida a indenização por danos morais ao autor”, finalizou a sentença, condenando solidariamente os réus.

FÓRUM DE SANTA INÊS COLABORA COM PROGRAMA DE VIVÊNCIA PROFISSIONAL PARA ESTUDANTES

O Fórum de Justiça da Comarca de Santa Inês está colaborando com o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, IEMA, na realização do programa de vivência profissional “Pra Saber Mais +”. No fórum, cuja parceria aconteceu até ontem, sexta-feira (5), 14 alunos do 2º ano do ensino médio técnico (curso de Serviços Jurídicos) do IEMA, estiveram distribuídos entre as varas, juizado e secretarias, vivenciando e observando os trabalhos dos servidores desde a terça-feira (2). Nesse período, eles tiveram a oportunidade de acompanhar e entender sobre o funcionamento do Judiciário local.

O objetivo geral do programa de vivência profissional é promover a integração dos alunos com desafios do mundo do trabalho, impulsionando novas práticas relacionadas ao curso, de forma que os alunos desenvolvam competências e habilidades profissionais e assim possam ressignificar seus conhecimentos. Outro objetivo do programa é oferecer oportunidades de práticas profissionais como um ato de extensão do aprendizado da sala de aula.

O programa “Pra Saber Mais+” foi instituído pela Resolução 48/2017, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, visando a proporcionar aos alunos momentos de contato direto com empresas e profissionais que atuam nas áreas dos cursos técnicos para vivenciar experiências no trabalho, bem como incentivar a correlação teoria e prática. Os requisitos necessários para participação no Programa ‘Pra Saber +’, bem como sua metodologia, são estabelecidos em Edital específico, sendo a coordenação e organização de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino.

VISITA

Nesse viés de aproximar o Judiciário da comunidade, o Fórum de Santa Inês recebeu recentemente uma visita técnica dos alunos do curso técnico de logística, turma 2017, do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, Campus Santa Inês. Eles foram recebidos por servidores da Diretoria do Fórum, que os encaminharam para o Salão do Tribunal do Júri. O juiz Alexandre Mesquita, titular da 3ª Vara e diretor do fórum, deu as boas vindas e falou um pouco sobre o Poder Judiciário e das funções dos juízes e desembargadores, que têm a função primordial de “criar a paz social”. Durante a visita, os alunos fizeram alguns questionamentos e, em seguida, assistiram um vídeo institucional sobre a história do Tribunal de Justiça do Maranhão. Após o vídeo, o magistrado levou para conhecer os alunos às dependências do Fórum, apresentando as disposições das varas e, principalmente, o funcionamento da 3ª Vara, a qual ele pertence, mostrando a secretaria, o gabinete a assessoria, sala de audiência e os respectivos servidores.

(Michael Mesquita da Assessoria de Comunicação /Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão)

MP PEDE CONDENAÇÃO DE EX-PREFEITOS DE BOM JARDIM-MA POR DESVIOS NA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

O Ministério Público do Maranhão entrou com uma denúncia criminal na Justiça por desvio de recursos públicos no município de Bom Jardim, distante 184 km de São Luís. Entre os citados pela ação do promotor Fábio Santos de Oliveira estão os ex-prefeitos da cidade, Malrinete dos Santos Matos (Malrinete Gralhada) e Manoel da Conceição Ferreira Filho (Sinego).

Além dos dois ex-prefeitos, foram denunciados Hadad Mendes Sousa e Sílvia Cristina Rodrigues Sousa, responsáveis pela H. Mendes Sousa - ME, e mais Gilvan Cunha de Sousa, Plínio Marçal Santos Reis, ex-superintendente do Bomprev, Maria Zélia da Silva Rodrigues, Raimundo Gomes dos Reis Filho, Máximo Félix Barbosa Neto, Isamar Lima Barbosa e Rosimar Silva Nascimento.

Segundo a investigação da Comarca de Bom Jardim, o esquema começou quando Lidiane Leite, conhecida como prefeita ostentação, foi afastada do cargo de prefeita - também por desvios de recursos públicos - e Malrinete Gralhada assumiu. Segundo o promotor Fábio de Oliveira, a então prefeita comandou com servidores públicos e empresários, um esquema para contrair empréstimos da previdência municipal (Bomprev) e em seguida desviar os recursos para benefício próprio.

"Eles pretendiam desviar R\$ 7,8 milhões, mas com nossa ação rápida conseguimos evitar este saque todo, mesmo assim não conseguiram desviar. Foram até quatro empresas beneficiadas e pessoas físicas também. Na denúncia fundamentamos uma série de indícios de fraudes", disse o promotor.

Depois do afastamento de Malrinete Gralhada, quem assume a prefeitura é Manoel da Conceição e, segundo o MP, as ações criminosas contra a previdência municipal não mudam, pelo contrário, ficam mais intensas.

"A pedido do Ministério Público, Malrinete foi afastada do cargo. Aí o que entrou, fez foi aumentar a prática criminosa", declarou Fábio de Oliveira.

Diante dos fatos, o MP pede que a Justiça condene os envolvidos e que eles devolvam até R\$ 1 milhão aos cofres públicos, valor que estimado pelo órgão como desviado no esquema. "É a responsabilidade solidária. Pode ser apenas um condenado a devolver, como todos", concluiu o promotor.

VARAS DE SANTA INÊS E PAÇO DO LUMIAR VIRTUALIZAM PROCESSOS PARA O SISTEMA ELETRÔNICO JUDICIAL

Funcionários da 3ª Vara de Paço do Lumiar e da 3ª Vara de Santa Inês estão trabalhando na digitalização e virtualização de processos em papel em tramitação nessas unidades, que serão migrados para o Sistema de Processual Judicial Eletrônico (PJe) do 1º Grau do Poder Judiciário, proporcionando mais eficiência, economia e celeridade às decisões judiciais.

PAÇO DO LUMIAR

Em Paço do Lumiar foram selecionados 32 processos listados no Edital nº 1/2019, assinado pelo juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros, titular da 3ª Vara, para serem virtualizados no período de 25 de junho a 25 de julho. Em Santa Inês, mais 50 foram incluídos na virtualização, no período de 17 de junho a 12 de julho, pelo juiz Alexandre Antônio José De Mesquita, juiz de direito titular da 3ª Vara, por meio do Edital nº 2/2019.

DIGITALIZAÇÃO

Os trabalhos de digitalização e respectivo cadastro dos metadados e inserção dos arquivos digitais dos processos judiciais deverão ser concluídos este mês. Após a conclusão de todas as etapas da virtualização e posterior migração, a tramitação do processo judicial virtualizado, o acesso e a prática dos atos processuais serão feitos exclusivamente por meio digital. Após a virtualização, o sistema PJe passa a efetuar o controle da tramitação do processo; a padronização de todos os dados e informações processuais, a produção, registro e publicidade dos atos processuais e o fornecimento dos dados essenciais à gestão das informações necessárias aos diversos órgãos de supervisão, controle e uso do sistema judiciário.

LEGISLAÇÃO

A migração dos processos foi disciplinada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e pela Corregedoria Geral da Justiça na Portaria Conjunta nº 52019, de 12 de abril de 2019, que autorizou a digitalização e virtualização dos processos judiciais autuados em suporte físico para a plataforma do Sistema PJe nas unidades jurisdicionais em que essa tecnologia esteja em uso, exclusivamente para as causas classificadas nas competências jurisdicionais já autorizadas para processamento em formato eletrônicos.

A tramitação dos processos em meio digital segue as determinações da Lei nº 11.419/2006 - que dispõe sobre a informatização do processo judicial, admitindo o uso do meio eletrônico na tramitação dos autos, comunicação de atos e transmissão de peças processuais e da Resolução CNJ nº 185/2013, que institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento. (Helena Barbosa

Após quatro anos, acusados de linchar homem até a morte no Maranhão sequer foram julgados

Foto de Cleidenilson amarrado a um poste repercutiu em todo o país. Ao todo, nove pessoas foram denunciadas pelo crime em São Luís.

Quatro anos depois, nenhum dos nove réus acusados de participar do linchamento de Cleidenilson Pereira foram a julgamento. A vítima tinha 29 anos e era suspeito de tentativa de assalto a um bar quando foi amarrado a um poste e agredido até a morte no dia 6 de julho de 2015, em São Luís.

Vídeo mostra homem amarrado sem roupa a poste antes de ser linchado

Até o dia de sua morte, Cleidenilson jamais havia respondido na Justiça por qualquer delito e não tinha passagens pela polícia. A foto de um homem despido, agredido e amarrado a um poste ganhou a capa de vários jornais e repercutiu em todo o país e até no exterior.

Sobre a história de Cleidenilson, a mãe dele contou o G1 que a vítima era pobre, usuário de drogas, desempregado e provavelmente seria pai no fim daquele ano.

"No velório, vi uma menina chorando bastante e perguntei quem era. Era a namorada dele. Foi aí que fiquei sabendo que ela está grávida de três meses do meu filho", declarou a mãe.

Julgamento do caso

Após o crime, a polícia concluiu que nove pessoas participaram do linchamento de Cleidenilson e de um adolescente de 17 anos que o acompanhava durante o assalto. Todos respondem em liberdade por tentativa de homicídio (contra o menor) e homicídio duplamente qualificado — por meio cruel e sem chance de defesa — contra Cleidenilson. São eles:

- Waldecir Almeida Figueiredo
- Ivan Santos Figueiredo
- Elio Ribeiro Soares
- Marcos Teixeira Barros
- Ismael de Jesus Pereira de Barros
- Cicero Carneiro de Meireles Filho
- Alex Ferreira Silva Souza
- Raimundo Nonato Silva
- Felipe Dias Diniz

Somente após mais de dois anos do crime, no dia 5 de outubro de 2017, todos os acusados foram pronunciados a júri popular e recorreram sobre a decisão. No dia 24 de maio de 2018, o juiz Gilberto de Moura Lima mais uma vez decidiu pelo júri popular aos acusados e remeteu o processo ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

Desde então, o processo está tramitando dentro do TJ-MA e ainda não houve decisão para que a data do júri popular possa, ou não, ser marcada. O G1 apurou que a última movimentação do processo é referente a um pedido para que o caso fosse incluído em pauta de sessão na 3ª Câmara Criminal para julgamento.

Essa última movimentação é do dia 19 de março de 2019 e até o momento não houve nenhuma decisão.

O Crime

Segundo o inquérito policial, no dia 6 de julho de 2015, por volta das 15h30, no bairro Jardim São Cristóvão, todos os nove acusados participaram do linchamento de Cleidenilson - conhecido socialmente como "Xandão" - e tentativa de homicídio do adolescente de 17 anos que o acompanhava.

Cleidenilson e o adolescente estavam de bicicleta quando resolveram assaltar, a mão armada, o restaurante de Waldecir Almeida, um dos réus pelo crime. Ao chegar no restaurante, Cleidenilson anunciou o assalto e o adolescente dava cobertura e observava a movimentação das pessoas do lado de fora do estabelecimento.

Durante o assalto, Cleidenilson Pereira foi interceptado por Raimundo Nonato - também réu - que empurrou uma mesa contra ele. Logo depois, Élio Ribeiro e Waldecir atacaram Cleidenilson e o impediram de efetuar disparos.

Cleidenilson ainda tentou disparar, mas a arma não funcionou. Após gritos, o adolescente tentou fugir, mas foi derrubado da bicicleta. A partir daí, Cleidenilson e o adolescente foram linchados por várias pessoas.

Ivan Santos - outro réu - saiu de sua residência e passou a agredir Cleidenilson com vários socos e chutes. Élio Ribeiro também passou a agredir a vítima, que estava sendo segurado por outras pessoas que estavam no local.

Logo depois, Cleidenilson foi colocado para o outro lado da rua e recebeu uma garrafada na cabeça por parte de Élio Ribeiro, que ainda enfiou o gargalo no rosto da vítima, fazendo com que espirrasse sangue por toda a calçada.

Na sequência, o adolescente foi colocado ao chão e agredido por Ivan Santos. Ainda segundo as investigações, foi preciso o adolescente se fingir de morto para não ser mais violentado.

Ação da Polícia Civil e Militar em Pinheiro conduz 12 pessoas a Delegacia; algumas acusadas de tráfico de drogas

Na ação, 12 pessoas foram conduzidas e, algumas delas autuadas pelo cometimento dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo.

PINHEIRO - A Polícia Civil do Maranhão, por meio da 5ª Delegacia Regional de Pinheiro, realizou, por volta das 6 horas da manhã desta sexta-feira(5), em conjunto com a Polícia Militar (10º BPM), a Operação Alvorada, na cidade de Pinheiro/MA.

O objetivo da Operação foi cumprir 18 mandados de busca e apreensão em pontos conhecidos como sendo de comercialização de drogas ilícitas. Na ação, 12 pessoas foram conduzidas e, algumas delas autuadas pelo cometimento dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo.

Foram presos Wesley Ribeiro Ferraz, preso por tráfico de drogas. Na casa dele, foram encontrados 103 papérolas de maconha e um pedaço de Maconha prensada pesando 100g; Edelson Costa Carteiro, preso por posse ilegal de arma de fogo, com quem foi encontrada uma pistola, calibre 6,35 com duas munições intactas. José Inácio Castro Ramalho, preso por tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo e foram encontrados com ele 40 papérolas de Cocaína, pesando cerca de 100g, um revólver calibre .38 com cinco munições intactas e R\$ 2.957. Claudilene Teixeira, presa por tráfico de drogas, foram encontradas com ela 19 papérolas de Crack e uma pedra da mesma droga pesando 60g. E ainda Ronildo Martins Morais e Girlene de Jesus, presos por tráfico de drogas, na casa deles foram encontrados 15 papérolas de maconha.

Foram apreendidas diversas provas de crime, sendo: duas armas de fogo; um revólver calibre .38, com 5 munições intactas e uma pistola calibre .635; 24 celulares e dois tablets; Apreendidos diversos papérolas de drogas prontos para a comercialização, em um total de: 105g de Cocaína; 60g de Crack e 180g de Maconha;

Além disso, foi apreendida a quantia de R\$ 4.983 (quatro mil, novecentos e oitenta e três reais), juntamente com outros materiais destinados à embalagem e consumo de drogas, como tesoura, sacos plásticos, papel alumínio e linha.

Centro de Conciliação realizou 363 audiências no mês de junho

O valor total em acordos firmados chegou a mais de meio milhão de reais

O valor total em acordos firmados no mês de junho nas 363 audiências realizadas pelo 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Imperatriz foi de R\$ R\$ 541.925,53, segundo a assessoria de imprensa. No segundo semestre a expectativa é por um número ainda maior.

O objetivo do serviço é garantir celeridade em processos das varas cíveis e de família. A Dra Ana Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia é quem coordena os trabalhos. As audiências são feitas pelos conciliadores formados pela Escola Superior de Magistratura (ESMAM).

“Queremos mostrar à sociedade de Imperatriz que a conciliação é a melhor forma de resolver conflitos e a consequência positiva disso reflete até no comércio, pois esse valor hoje está circulando no mercado e não mais parado em processos morosos”, diz o supervisor do 2º CEJUSC, Aristeu Ferreira Guimarães.

No mês de julho, o CEJUSC vai lançar o "Selo Amigo da Justiça" com o objetivo de firmar parceria entre órgãos como a Defensoria Pública, a Prefeitura e empresas privadas, para facilitar a resolução de conflitos em Imperatriz.

Homem é condenado a mais de 20 anos de prisão por matar mulher

Crime de feminicídio foi registrado em Miranda do Norte em janeiro de 2018. Segundo investigação policial, o crime foi motivado por ciúmes

José Domingos Lopes foi condenado a 21 anos de prisão pelo feminicídio contra Claudiane Pereira, no dia 31 de janeiro de 2018. O crime, que aconteceu no povoado Pindoal, zona rural de Miranda do Norte, distante 119 km de São Luís, foi julgado esta semana pelo Tribunal do Júri Popular da Comarca de Itapecuru-Mirim.

O condenado já estava preso na Unidade Prisional de Itapecuru-Mirim e, por decisão da Justiça, ele vai continuar recolhido, pois vai começar a cumprir a pena em regime fechado.

O crime

O assassinato de Claudiane Pereira foi bárbaro. Segundo investigação policial, o crime foi motivado por ciúmes. A vítima foi executada a pauladas nas regiões cervical e do rosto.

A acusação foi feita pelo promotor Igor Adriano Trinta Marques. A juíza que presidiu a sessão foi Edeuly Maia Silva, titular da 3ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim. A defesa foi do defensor público Vítor de Sousa Lima.

Juíza e promotora

Estou feliz e alegre com as presenças da magistrada, Mirela Freitas, e da promotora, Carla Mendes, na Comarca de Itapecuru-Mirim.

Desde que chegaram na minha terra, passaram a desenvolver um trabalho harmonioso e profícuo, que culminou, dias atrás, no lançamento de um projeto extremamente importante e saudável chamado “Teia de Sustentabilidade”.

Por meio desse projeto, a juíza e a promotora sensibilizaram a comunidade, sobretudo os jovens, da rede pública estadual e municipal, para a preservação do meio ambiente, a inclusão social e a promoção da saúde.

Eu e Lourival

Este jornalista, que aos domingos ocupa a metade da segunda página do Caderno Alternativo, e o desembargador Lourival Serejo, integrantes da Academia Maranhense de Letras, recebemos comunicação do presidente da Academia Brasiliense de Letras, de que fomos eleitos para compor o Quadro de Membros Correspondentes daquela Instituição.

E MAIS

- O juiz Ronaldo Maciel, titular da 1ª Vara Criminal de São Luís, enviou nota à coluna esclarecendo a sua ida à Superintendência de Investigações Criminais (Seic) na quarta-feira.
- Segundo o magistrado, não houve qualquer tipo de operação conforme foi ventilado na sede da Seic.
- O magistrado e o promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos se reuniram na Seic para verificar a estrutura onde será instalada uma sala de videoconferência para oitiva de delegados e policiais civis da superintendência.

Autor de crime em Itapera vai a julgamento nesta segunda

Anselmo Bispo Ferreira é acusado da morte de um jovem de 15 anos, em outubro de 2017; vítima teria feito sinais de uma facção e por isso foi assassinado

SÃO LUÍS - O faccionado Anselmo Bispo Ferreira Machado Júnior, o Bolero, de 23 anos, vai sentar no banco dos réus do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, na próxima segunda-feira, 8, para ser julgado pelo assassinato de Jhousef Silva Gonçalves, de 15 anos, ocorrido no dia 3 de outubro de 2017, no bairro Itapera, zona rural de São Luís. Segundo a polícia, o crime teria sido motivado devido o adolescente ter tirado uma foto em que fez com as mãos símbolo de uma facção criminosa.

O julgamento vai ser presidido pelo juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Osmar Gomes. Durante a sessão, o magistrado vai ouvir as testemunhas, o acusado e vai abrir o espaço para o representante do Ministério Público e a defesa do réu. Anselmo Bispo, além de ser acusado de homicídio, também responde a processo em tramitação na 3ª Vara Criminal pelo crime de roubo qualificado. Ele, no momento, está custodiado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Ação criminosa

De acordo com a polícia, Anselmo Bispo foi preso em flagrante e teve a prisão convertida em preventiva. Ele vai ser levado a júri pelo crime de homicídio qualificado. A motivação do crime, segundo depoimento de testemunhas, a vítima em companhia de dois amigos, nomes não revelado, teria ido a um shopping da capital em agosto de 2017 onde tirou uma fotografia que circulou em rede social e mensagem de aplicativo.

Na foto, eles faziam com as mãos sinal de uma facção criminosa e passaram a ser ameaçados de morte por faccionais rivais. As testemunhas alegaram para a polícia que os jovens não faziam parte de organização criminosa e que fizeram a simbologia com as mãos somente por aventura e que não sabiam das consequências.

Operação policial prende 21 criminosos em Pinheiro e Timon

Os detidos eram procurados por crimes de roubo, tráfico de drogas, associação criminosa e até incêndio a ônibus em Teresina, no Piauí

SÃO LUÍS - Vinte e uma pessoas foram conduzidas nesta sexta-feira para a delegacia durante a operação Alvorada realizada nas cidades de Pinheiro e Timon. Um dos presos foi o ex-presidiário e faccionado Alan Antônio de Mendonça, de 26 anos, que foi detido no bairro Flores, em Timon, sob acusação de ter ateado fogo em ônibus, na capital piauiense, em março deste ano.

A polícia informou que o detido confessou ter participado dessa ação criminosa em companhia de um adolescente e que teria recebido a ordem de Jhon Pablo Ferreira de Araújo, que está custodiado em uma unidade prisional, em Teresina, no Piauí. Alan Antônio, no momento da abordagem, estava com uma pistola. Ele responder, também, pelos crimes de roubo e homicídio, ocorridos 2012.

Ainda em Timon foram presos Janiel de Oliveira Marques e João Vitor Reis Torquato, em cumprimento a mandados de prisão expedidos pela 2ª Vara Criminal dessa cidade pelos crimes de furto e roubo qualificado. Eles foram levados para a unidade prisional onde vão ficar a disposição do Poder Judiciário.

Ainda durante esse cerco policial foram conduzidas 18 pessoas para a delegacia regional de Pinheiro, mas somente 12 foram autuados pelos crimes de tráfico de droga, associação criminosa e posse ilegal de arma de fogo. A polícia apreendeu, ainda, duas armas fogo, munições, cocaína, crack, dinheiro e material para embalar entorpecente.

Foragido

Já o foragido do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, Alexandre Silva Reis, o Dudu, foi recapturado durante um cerco da Polícia Militar na noite de quinta-feira, 4, no bairro do Gapara. Ele teria deixado o presídio beneficiado na última saída temporária, mas não retornou no prazo estabelecido pelo Poder Judiciário.

DPU quer pensão a família de mortos em chacinas de Coquilho

Pedido foi feito a Justiça Federal contra os autores do crime e os órgão envolvidos, como a Caixa e a Construtora, no caso ocorrido em janeiro

SÃO LUÍS - A Defensoria Pública da União (DPU) solicitou ao Poder Judiciário uma pensão aos familiares dos mortos da chacina, ocorrida no dia 3 de janeiro deste ano, na área de construção de um condomínio do programa federal Minha Casa, Minha Vida, no Coquilho, zona rural da capital. As vítimas foram Joanderson da Silva Diniz, de 17 anos; Gildean Castro Silva, de 14 anos, e Gustavo Feitosa Monroe, de 18 anos.

O defensor da DPU, Yuri Costa, declarou ontem em entrevista a TV Mirante que impetrou com esse pedido de pensão na Justiça Federal, na Areinha, contra os acusados do crime, o soldado da Polícia Militar Hamilton Caires Linhares e o vigilante Evilásio Lemos Ribeiro Júnior, à Caixa Econômica Federal e a construtora responsável pela obra. Essa ação tem como natureza de reparação moral e material aos familiares das vítimas.

De acordo com a polícia, a chacina foi motivada devido ter ocorrido pequenos furtos na área de construção do condomínio e a construtora responsável pela obra, acabou contratando profissionais da área de segurança pública para a vigilância armada em apoio aos vigilantes da área. .

No dia 3 de janeiro, as vítimas teriam ido à área de construção, para pegarem restos de materiais de obra e acabaram abordados pelo soldado Hamilton e o vigilante Evilásio Júnior. Os três foram levados para a uma área de matagal onde dois foram baleados quando estavam de joelhos, e o terceiro, foi morto em pé. O autor dos tiros teria sido o soldado, enquanto o vigilante evitou a fuga das vítimas.

Os corpos somente foram encontrados no dia seguinte por populares e removidos para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga. Foram constatadas pelos peritos do Icrim marcas de tiros nas mãos e na nuca dos jovens.

Prisões

Ainda no dia 7 de janeiro, quatro dias depois, foi preso por ordem judicial o soldado Hamilton. O militar disse que ao avistar os jovens teria efetuado tiros para o alto como forma de advertência. Em relação a pistola, ele afirmou que a perdeu e não registrou boletim de ocorrência sobre o desaparecimento da arma. No momento ele está custodiado no presídio militar, no Calhau. O outro suspeito também foi preso em cumprimento de uma ordem judicial e está no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Com sete meses de atraso, Assembleia Legislativa do Maranhão inicia estudos para definição de concurso público

O certame atende a uma determinação judicial de setembro de 2018. Na ocasião, a Assembleia se comprometeu a cumprir um cronograma e a aplicar as provas em junho deste ano

Da redação: Jornal Pequeno

Com sete meses de atraso, a Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) iniciou os estudos que visam definir o número de vagas e os cargos que serão preenchidos por meio de concurso público. O certame atende a uma determinação judicial de setembro de 2018. Na ocasião, a Assembleia se comprometeu a cumprir um cronograma e a aplicar as provas em junho deste ano. Os motivos do atraso não foram esclarecidos.

Pela decisão judicial, os cargos que atualmente estão ocupados por servidores admitidos antes de 05/08/1983, sem concurso, devem ser preenchidos por servidores concursados. Além disso, deverá a Alema promover a substituição dos servidores investidos nos cargos de comissão existente em seus quadros, seguindo os conformes de artigo da Constituição Federal, cujas atividades típicas não estejam enquadradas como de direção, chefia e assessoramento.

Com o atraso, a expectativa é de que as provas só sejam aplicadas no primeiro semestre de 2020. O último concurso foi há seis anos e contemplou 92 vagas. Não há informações no Portal da Transparência sobre o quantitativo atual de cargos efetivos ocupados e vagos nem dos cargos comissionados. Também não há informações sobre remunerações.

Fóruns judiciais de Caxias, Itapecuru e Viana inscrevem entidades para financiamento de projetos sociais

Em Caxias, no Juizado Cível e Criminal, as inscrições seguem até esta sexta-feira, dia 5 de julho.

Por: Ascom/Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

Os fóruns judiciais de Caxias, Itapecuru-Mirim e Viana estão com inscrições abertas direcionadas a entidades públicas ou privadas com finalidade social, sediadas nos municípios, para participarem do processo de seleção de projetos para obtenção de recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo ou transação penal. Em Caxias, no Juizado Cível e Criminal, as inscrições seguem até esta sexta-feira, dia 5 de julho. Em Itapecuru-Mirim, a seleção é promovida pela 1ª Vara e as inscrições vão até o dia 12 de julho. Já em Viana, o Edital estabelece que as inscrições se encerram no dia 26 de julho.

Em Caxias, o Edital assinado pelo juiz João Pereira Neto informa que as inscrições podem ser realizadas na Secretaria do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Caxias, situado no Fórum Des. Arthur de Almada Lima, na Avenida Norte Sul, s/n, Lote 02, Cidade Judiciária, Campo de Belém. Para participar, a entidade deve ser pública ou privada com comprovada finalidade social; sediada no Município de Caxias ou em algum de seus Termos Judiciários (Aldeias Altas e São João do Sóter); e estar regularmente constituída há, pelo menos, um ano. Em Itapecuru-Mirim, a 2ª Vara ressalta que podem participar todas as entidades públicas ou privadas, com comprovada finalidade social, sediadas na Comarca de Itapecuru-Mirim.

Os recursos foram arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena em processos da unidade judicial. O Edital tem a assinatura da juíza titular Mirella César Freitas. Dentre as condições para participar da seleção: Estar regularmente constituída há, pelo menos, um ano; Ser dirigida por pessoas que não tenham sido condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa ou de crimes praticados contra a administração pública. As inscrições poderão ser efetuadas no fórum Des. Raimundo Público Bandeira de Melo, localizado na Rua Basílio Simão, s/n, Centro, Itapecuru-Mirim.

VIANA - Já na Comarca de Viana, a juíza Odete Pessoa Mota Trovão, titular da 1ª Vara e diretora do Fórum de Viana, ressalta que o Edital tem como objetivo selecionar projetos apresentados por organizações e entidades públicas ou privadas com finalidade social, visando a oferecer apoio financeiro e encaminhamento de reeducandos para executar os projetos apresentados, bem como para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde. Poderão se inscrever na seleção a entidade pública ou privada com finalidade social que possuam projetos voltados à segurança pública, educação ou saúde, que atendam a áreas vitais e de relevante cunho social, desde que estejam instaladas na cidade de Viana.

O Edital ressalta que será priorizado repasse aos beneficiários que mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestações de serviços à comunidade ou a entidades públicas, bem como atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, e apresentem serviços de maior relevância social e projetos com maior viabilidade de implementação. "A formalização do convênio não obriga esta unidade judicial ao custeio integral dos projetos selecionados, mas tão somente ao repasse de valores dentro das possibilidades do quantum arrecadado com prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo ou transação penal, de acordo com as diretrizes

e critérios descritos”, expressa o documento.

LEGISLAÇÃO - As Resoluções 101/2009 e 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça, tratam sobre a regulamentação da aplicação de recursos oriundos da Justiça, bem como o Provimento 10/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. Versa o provimento da CGJ que, para celebrar o convênio com a unidade judicial, o magistrado deverá publicar, no mínimo anualmente, edital convidando as entidades públicas ou privadas para participarem do processo de seleção dos projetos a serem beneficiados com os recursos arrecadados com as prestações pecuniárias.

TJMA recebe 2.387 ofícios de requisição de precatórios para inclusão no orçamento de 2020

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu até essa última segunda-feira (1), os ofícios de requisição de precatórios advindos dos Juízos de execução para notificação dos entes devedores com finalidade de inclusão da previsão da despesa no orçamento do exercício de 2020.

Precatório é o procedimento administrativo através do qual se faz o pagamento da dívida pública decorrente de sentença judicial transitada em julgado, obedecendo a uma ordem cronológica de pagamento, disponibilizada para consulta em lista pública no site do Tribunal de Justiça.

Para definição da pauta de pagamento por ordem cronológica, considera-se como momento de apresentação do precatório a data do protocolo do ofício de requisição, observadas a natureza do crédito (alimentar ou comum) e a classificação das preferências por doença, idade ou necessidades especiais (CF/88, art. 100, §§ 1º e 2º).

Os precatórios apresentados ao Tribunal de Justiça entre 2 de julho de 2018 e 1º de julho de 2019 (ano de elaboração da proposta orçamentária) serão informados à entidade devedora até o dia 20 de julho de 2019 para inclusão no exercício de 2020 (Resolução n.º 115/2010 do CNJ, art. 7º e § 1º; Constituição da República, art. 100, § 5º).

Nesse período foram recebidos 2.387 ofícios de requisição de precatórios para inclusão no orçamento do próximo exercício, dos quais 1.128 no último mês, ou seja, cerca de 47,25% do total e 326 requisições apenas no dia de ontem (1º de julho). “Junho é, historicamente, o mês em que ocorre esse pico no recebimento de requisições para pagamento de precatórios”, explica o Juiz Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios, André Bogéa Pereira Santos, que destacou, também, o empenho do setor de Protocolo Administrativo, bem como de toda a equipe da Coordenadoria de Precatórios, que trabalhará agora em regime de mutirão para o envio, até 20 de julho, das listas a todos os entes devedores contemplando a relação dos precatórios requisitados até 1º de julho. (Asscom TJMA)

Presidente do TJMA dá posse a oito juízes substitutos

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, deu posse a oito novos juízes de Direito substitutos, de entrância inicial, em sessão solene realizada nesta quarta-feira (3), no plenário da Corte. Os magistrados empossados são remanescentes do grupo de 96 candidatos aprovados que realizaram curso de formação, após aprovação em concurso público.

O desembargador Joaquim Figueiredo destacou os esforços empreendidos desde o início de sua gestão, com comprometimento de orçamento e limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para que não deixasse de nomear os novos juízes.

Joaquim Figueiredo lembrou do momento em que, em conversa franca e aberta, disse aos integrantes do grupo que o sofrimento deles era também seu sofrimento, mas que lutaria pela nomeação de todos.

“Eu não iria passar para a história de 205 anos do Tribunal de Justiça como sendo o presidente que deixara de nomear alguns juízes para o Poder Judiciário do Maranhão”, disse o presidente, para aplausos de um plenário lotado.

Depois de o presidente declarar aberta a solenidade, e da execução do Hino Nacional, interpretado pelo saxofonista e subtenente da Polícia Militar, Orisvaldo Siqueira, foram convocados a fazer o juramento os oito novos magistrados: Adriano Lima Pinheiro, Diego Duarte de Lemos, Antônio Martins de Araújo, Nivana Pereira Guimarães, Kalina Alencar Cunha Feitosa, Azarias Cavalcante de Alencar, João Batista Coelho Neto e Danilo Berttôve Herculano Dias. O termo de posse de cada um deles foi lido pelo diretor-geral da Secretaria do TJMA, Mário Lobão, e assinado pelo presidente do TJMA.

Quem falou em nome dos empossados foi o juiz Adriano Lima Pinheiro, nascido em Teresina e ex-analista do Tribunal de Justiça de seu estado natal. Agradeceu a Deus e familiares pelo apoio, lembrou do edital do concurso lançado em 2011, com 31 vagas, que teve quase três mil candidatos inscritos, dos quais 96 aprovados e convocados para o curso de formação em 2015.

Adriano Pinheiro disse da ansiedade pelo exercício do cargo, em momento de limitações de ordem fiscal e orçamentária, quando apenas os 30 primeiros foram nomeados. “Dali em diante, a administração desse Tribunal empreendeu esforços para, gradualmente, efetivar a nomeação dos demais. E, hoje, estamos nós aqui: os oito remanescentes”, comemorou.

Analista judiciária concursada do TJMA desde 2006, a maranhense de Caxias Nivana Pereira Guimarães disse que seu sonho sempre foi integrar o Poder Judiciário como magistrada. “É uma realização de toda uma vida, minha, da minha família e de todos aqueles que torciam por mim”, revelou.

Também de Caxias, Azarias Cavalcante de Alencar, ex-advogado de banco durante quase 20 anos, vive a expectativa do novo cargo: “é expectativa de muita responsabilidade, mas com a experiência e a disposição que nós temos, eu acredito que dá para fazer um grande trabalho”, frisou.

SAUDAÇÃO DUPLA – Em situação inovadora, dois desembargadores, Jamil Gedeon e Raimundo Barros, saudaram os novos juízes.

O desembargador Jamil Gedeon, que conviveu com os novos magistrados ainda no curso de formação, quando dirigiu a Escola dos Magistrados (Esmam), agradeceu, em nome da magistratura maranhense, ao empenho do presidente Joaquim Figueiredo no fortalecimento do Poder Judiciário.

Gedeon destacou o momento de festa para a Corte, em que a família judiciária recebe oito novos juízes para o exercício da “nobre missão de conduzir a pacificação dos conflitos da sociedade”, e convidou os empossados a olharem o passado e refletirem sobre os fatos e pessoas que marcaram sua trajetória.

“Mantenham viva a consciência de que vocês estão decidindo vidas e não apenas resolvendo processos. Mantenham a perseverança diante dos momentos de dificuldade e renovem, diariamente, seus votos de fazer cumprir a Justiça e a retidão”, desejou Jamil Gedeon.

Após saudar os novos magistrados, o desembargador Raimundo Barros os alertou para os desafios e cobranças aos quais estarão sujeitos e disse que conseguir concluir e dar posse a todos os candidatos aprovados que fizeram o curso de formação mostra o comprometimento da Corte para melhor atender a sociedade, especialmente num momento de crise econômica.

“Dou as boas-vindas e parabênizo todos os senhores e senhoras juizes pela posse. E peço a Deus que os abençoe no exercício da função julgadora”, concluiu Barros.

FAMÍLIA JUDICIÁRIA - Após o ato de compromisso, o presidente Joaquim Figueiredo cumprimentou os membros da mesa, desembargadores, juizes empossados, seus parentes e a família judiciária, no que considerou um dia ímpar, de júbilo.

O desembargador contou do quanto foi procurado em um ano e seis meses à frente do TJMA pelos agora juizes, do desafio a ser realizado, além dos itens do seu plano de gestão. Apontou situação que levou o Judiciário ao limite prudencial, os cortes em repasses da União a estados e municípios que, por consequência, atingiram o TJMA, mas que via, em suas orações, a presença dos que esperavam pela nomeação de juiz: inicialmente 18 e, por último, os oito.

“Hoje, eu tenho certeza que eu tinha um fardo muito grande. Ontem, eu rezava - e hoje também pela manhã - para agradecer a Deus por ter me mostrado o caminho”, agradeceu.

Joaquim Figueiredo falou aos novos juizes do respeito e carinho com que se dirigia a eles, atualmente como presidente, e, futuramente, como amigo e companheiro. E, ao lembrar seu passado como juiz, destacou o que entendeu desde cedo como importante no contato direto com o cidadão: a simplicidade, a honestidade, a ética.

Ao concluir, o presidente disse que o magistrado tem que ser independente, mesmo respeitando o clamor público. E aconselhou: “é saber que não vai condenar ou absolver porque há um clamor público. O senhor tem que se dedicar a conhecer o processo”.

Compuseram a mesa da solenidade, além do presidente Joaquim Figueiredo, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha; a procuradora-geral de Justiça em exercício, Marilea Campos dos Santos Costa; o presidente da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Ângelo Antônio dos Santos; o presidente da OAB-MA, Thiago Diaz; e o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão. (Asscom TJMA)

OAB congratula presidente do TJMA pela nomeação de juízes

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA) publico nota oficial elogiando o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, pela nomeação de mais 8 juízes de Direito, totalizando 17 magistrados nomeados somente este ano. Na nota, a OAB/MA afirma que “o desembargador Joaquim Figueiredo atual presidência da Casa da Justiça do Maranhão tem feito esforços e trabalhado no sentido de que todos os juízes aprovados em concurso público sejam nomeados para ocuparem seus cargos”

Leia, na íntegra, a nota:

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), vem por meio da presente nota, congratular-se com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão pela nomeação hoje, 03 de junho, de mais 8 juízes de Direito, totalizando 17 magistrados nomeados somente este ano.

Mesmo diante das contingências financeiras, da crise fiscal e econômica que passa o Poder Judiciário a atual presidência da Casa da Justiça do Maranhão tem feito esforços e trabalhado no sentido de que todos os juízes aprovados em concurso público sejam nomeados para ocuparem seus cargos; bem como a realização de concurso público para provimento também de cargos administrativos em todo o Estado buscando solucionar também grande demandas de processos nas comarcas maranhenses.

A OAB Maranhão entende que priorizar a justiça de primeiro grau é prestigiar a cidadania e a sociedade. Essas nomeações certamente contribuirão para a melhoria da taxa de contingenciamento processual o que beneficiará advogados e jurisdicionados com uma prestação jurisdicional mais célere e próxima da sociedade.

Assim, a OAB Maranhão parabeniza o Tribunal de Justiça por esse trabalho em prol da advocacia, dos jurisdicionados e da sociedade como um todo, bem como faz votos de que os novos juízes desenvolvam seu labor de forma independente, eficaz, confiável e acessível a todos.

São Luís(Ma),

03 de julho de 2019

Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão

Magistrados do MA criticam aprovação do relatório da Reforma Previdenciária

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) divulgou uma carta direcionada aos 18 deputados federais que compõem a bancada maranhense, manifestando insatisfação com a aprovação do relatório do deputado Samuel Moreira (MDB-SP), na Comissão Especial da Câmara Federal, com as medidas que tratam da Reforma da Previdência.

Na Carta, a AMMA lamenta que, apesar do permanente canal de diálogo entre a Magistratura e o Parlamento, o relatório final foi aprovado sem considerar um único destaque em favor dos trabalhadores públicos, retirando e reduzindo direitos previdenciários.

A AMMA pede que os deputados federais do Maranhão considerem os apelos dos servidores públicos. Segue, abaixo, a Carta Aberta à bancada federal maranhense (veja a carta ao final desta reportagem).

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Angelo Santos, vem travando uma batalha com a postura da Câmara Federal em relação a diversos temas. Em entrevista recente ao Jornal da Guará, ele criticou a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça no Senado o projeto que prevê a criminalização do abuso de autoridade cometido por magistrados e membros do Ministério Público.

“Na verdade temos que asseverar e demonstrar preocupação com a sociedade, tentar intimidar o Ministério Público e aos juízes, na sua essência é um ataque à sociedade”, observou.

CARTA ABERTA À BANCADA FEDERAL MARANHENSE

Senhor (a) deputado (a) federal,

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) externa a sua total insatisfação e contrariedade com a aprovação, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, do relatório do deputado Samuel Moreira (MDB SP) com as medidas que tratam da reforma da Previdência.

Apesar da disposição da Magistratura de contribuir com o Parlamento, por meio da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), para que a proposta oriunda do governo federal fosse aperfeiçoada por meio do diálogo construído em um ambiente democrático, a verdade é que o relatório final foi aprovado sem considerar um único destaque em favor dos trabalhadores públicos, retirando e reduzindo, de maneira dura, direitos previdenciários de servidores públicos civis. O que, certamente, gerará o desmonte do serviço público.

É espantoso que, mesmo depois de diversos alertas feitos por especialistas previdenciários e juristas, o relatório final aprovado insista com a desconstitucionalização do Sistema Previdenciário brasileiro, remetendo para lei

complementar, por exemplo, a imposição de extinção de todos os

Regimes Próprios de Previdência já existentes, com a conseqüente migração obrigatória dos servidores para o Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Trata-se de verdadeiro retrocesso social.

Não é admissível que os servidores, de um modo geral, e a Magistratura, em particular, sejam vítimas de injustiça. Desta forma, a AMMA segue acreditando no diálogo como meio de reparar tais impropriedades aprovadas na Comissão Especial e pede, à bancada federal maranhense, que considere os apelos dos servidores públicos do Estado do Maranhão, que ecoam também em outros estados da União, durante a tramitação do projeto.

São Luís, 5 de julho de 2019

Angelo Santos

Presidente da AMMA

Simpósio sobre Dependência Química no Maranhão

O Instituto Ruy Palhano, em parceria com a Associação Brasileira de Estudo de Álcool e outras Drogas (Abead), inicia nesta sexta-feira (5), até o sábado (6), no Auditório Central do Conselho Regional de Medicina (CRM-MA), o Simpósio sobre Dependência Química do Maranhão, que abordará a situação das drogas no Brasil e no mundo, apresentando um panorama sobre a atual realidade.

A abertura do evento ficará por conta do presidente do Instituto Ruy Palhano, médico-psiquiatra Ruy Palhano. Comporão a mesa a presidente da Associação Brasileira de Estudo de Álcool e outras Drogas (Abead), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), o procurador-geral da Justiça do Maranhão, os secretários municipal e estadual da saúde, presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM-MA) e presidente da Associação Maranhense de Psiquiatria (AMP).

A palestra de abertura, ministrada pelo médico Ruy Palhano, com o tema “Uso de drogas na sociedade contemporânea”, debaterá as políticas públicas sobre drogas, bem como apresentará dados atualizados sobre o consumo de drogas no Brasil e no mundo, além de propostas para a formulação de novas políticas públicas, para o tratamento e prevenção ao abuso de drogas. Após a conferência de abertura, haverá um coquetel entre os participantes, no fim da tarde, das 17h30 às 18h30.

A parceria entre as duas instituições oferecerá, ainda, dois cursos para a comunidade acadêmica, profissionais da saúde, como psicólogos e psiquiatras, além de estudiosos da área da saúde mental. O primeiro, que tratará sobre “Entrevista Motivacional”, será realizado durante a manhã de sexta-feira, das 8h às 12h. O segundo, sobre “A psiquiatria do desenvolvimento e sua correlação com a dependência química”, na tarde do mesmo dia, das 13h às 17h.

No segundo dia, sábado (6), pela manhã, haverá uma palestra às 8h30 sobre “Neurobiologia da dependência”, ministrada pela psiquiatra maranhense Samia Damous. Logo após, das 9h às 9h50, palestra sobre “Mindfulness baseado na prevenção de recaídas”, com a psicóloga convidada, do Rio de Janeiro - RJ, Roseana Ribeiro. De 10h20 às 11h10, mesa redonda “Como eu trato? Experiência bem-sucedidas no tratamento da dependência química”, com a participação do psiquiatra maranhense Bruno Palhano, além do também psiquiatra Gabriel Landsberg e a presidente da Abead, Sabrina Presman, ambos do Rio de Janeiro - RJ.

À tarde, das 14h às 14h50, haverá palestra sobre “Políticas Públicas sobre Drogas”, ministrada pela presidente da Abead, Sabrina Presman. De 15h às 16h10, mesa redonda sobre “Judicialização X Internações Psiquiátricas”, com a advogada Pilar Palhano e o promotor de justiça Reinaldo Campos. Encerramento, de 16h30 às 17h30, com o psiquiatra Osvaldo Said, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), além de apresentação artística e coquetel de encerramento.